



As Exéquias Fúnebres no Mosteiro da Batalha The Funeral in the Monastery of Batalha

Renata Cristina de Sousa NASCIMENTO¹

Resumo: O objetivo deste texto é analisar os ritos fúnebres como representação de poder. Para tanto elegemos as narrativas sobre as exéquias reais ocorridas no Mosteiro de Santa Maria da Vitória (Batalha) no século XV. As crônicas nos dão notícia da importância dos cerimoniais fúnebres que aconteciam no Mosteiro. O “saimento” dos reis demonstrava também o aparato religioso de grande monta que era vivido no interior do estaleiro batalhino até D. João II. O Panteão Régio da Batalha tem uma grande importância simbólica e política, especialmente relacionada à Dinastia de Avis (1385- 1581).

Abstract: The aim of this article is to analyze the funeral rites as a power representation. In this path was elected the narratives about the royal exequies occurred at Santa Maria da Vitória's (Batalha) Monastery in XV century. The chronics talks about the importance of the funeral's cerimoniais happened at the Monastery. The “departure” of kings also showed the great religious pomp lived in the interior of the batalinho yard to D. João II. The Royal Pantheon of the Battle has a great symbolic and political importance, specially related to Avis' Dynasty (1385-1581).

Palavras-chave: Morte – Ritos – Panteão – Imaginário – Poder Simbólico.

Keywords: Death – Rites – Pantheon – Imaginary – Symbolic Power.

RECEBIDO: 25.05.2013

ACEITO: 30.05.2013

¹ Doutora em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) Membro do NEMED (Núcleo de Estudos Mediterrânicos- UFPR). Professora da Universidade Federal de Goiás, da Universidade Estadual de Goiás (UEG) e da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (Mestrado em História). *E-mail:* renatacristinanasc@gmail.com



TÔRRES, Moisés Romanazzi (org.). *Mirabilia 16 (2013/1)*

A Filosofia Monástica e Escolástica na Idade Média

La Filosofía Monástica y Escolástica en la Edad Media

Monastic and Scholastic Philosophy in the Middle Ages

Jan-Jun 2013/ISSN 1676-5818

Introdução

Os primeiros monarcas de Avis em especial D. João I (1357-1433) e D. Duarte (1391-1438) inauguraram um novo parâmetro político fortemente marcado pela cristalização da autoridade real como árbitro em última instância dos conflitos sociais. Outra característica que devemos ressaltar como recurso de demonstração de poder e autoridade referem-se às grandes construções. Entre elas podemos destacar o Mosteiro da Batalha, que teve seu início durante o governo de D. João I, sua existência enquanto panteão régio é fundamental na tentativa de perpetuação simbólica da Casa de Avis. Essa prática era ainda mais exaltada nas exéquias fúnebres e o Mosteiro da Batalha constituiu seu principal palco. As crônicas também nos dão notícia da importância dos cerimoniais fúnebres que aconteciam no Mosteiro.

O “saimento” dos reis demonstrava também o aparato religioso de grande monta que era vivido no interior do estaleiro batalhino até D. João II. O Objetivo central deste texto é analisar as exéquias fúnebres presentes no Mosteiro da Batalha que representavam a opulência dinástica e, em que sentido, estas contribuíram para aumentar o prestígio religioso e simbólico do Mosteiro.

I. A Morte, a Arte e o Poder

“Os Mortos têm apenas a existência que os vivos imaginam para eles” (SCHMITT, 1999, p. 15). As atitudes diante da morte nas sociedades ocidentais começam a sofrer alterações a partir dos séculos XII e XIII.² Destacam-se as visitas aos cemitérios, às venerações aos túmulos, especialmente aos de personagens considerados santos, as peregrinações que revelam muitas vezes a devoção aos mortos. Por outro lado assiste-se o crescimento do poder secular, crescimento este ainda mais acentuado a partir do século XIV.

² “Durante as últimas décadas, os historiadores da Idade Média interessaram -se de maneira empírica pelas produções culturais suscitadas pela morte: ritos, funerais, formas do luto, concepções e crenças relativas ao Além. Estes trabalhos ficaram por muito tempo dependentes da obra pioneira de Philippe Ariès, que tinha procurado estabelecer uma verdadeira periodização do homem diante da morte.” LAUWERS, Michel. *Morto e mortos*, in SCHMITT, Jean- Claude & GOFF, Jacques Le. *Dicionário Temático do Ocidente Medieval (Vol II)*. São Paulo: EDUSC, 2002, p. 143.



TÓRRES, Moisés Romanazzi (org). *Mirabilia 16 (2013/1)*

A Filosofia Monástica e Escolástica na Idade Média

La Filosofía Monástica y Escolástica en la Edad Media

Monastic and Scholastic Philosophy in the Middle Ages

Jan-Jun 2013/ISSN 1676-5818

A arte, até então protagonizada pela interferência eclesiástica, começa a renovar-se. “De fato, foram os príncipes que tomaram então a vez da Igreja na condução dos grandes programas artísticos e instalaram nas suas cortes a vanguarda da criação e da pesquisa”. (DUBY, 1978, p. 198).

O mosteiro é ao mesmo tempo igreja e também local de descanso real. Em 1130, a mais importante igreja da Europa, nomeadamente de França, é ainda um mosteiro, Saint-Denis, panteão régio, onde eram sepultados os reis Franceses desde Dagoberto (145). A valoração de Saint-Denis, enquanto necrópole real, será plenamente utilizada somente após São Luís (1214-1270).³

Os espaços funerários existentes favorecem a proliferação de rituais, de celebrações que visam ostentar a dignidade do morto. A realeza apropria-se destas representações como momentos muito importantes de afirmação do poder régio.

De acordo com a tradição cristã a alma encontra no corpo apenas uma habitação provisória, transitória. O corpo por sua vez separa-se da alma após a morte. A memória da existência de alguém que já se foi pode então ser cultivada no local onde estão seus restos mortais, daí a importância de um panteão, pois expressa a ideia de continuidade. Os usos dos epitáfios nas sepulturas, a estatutária, os ornamentos e outros signos, o panteão é ao mesmo tempo espaço de memória e de poder.

³ “Mas é com uma nova dinastia, os Capetos, que Saint-Denis irá se tornar definitivamente o cemitério dos reis. Aqui também a ambição de substituição e de continuidade logo se anuncia, através da escolha do lugar funerário. Eudes, rei dos francos, em 888, torna sob sua dependência a abadia de Saint - Denis e nela quis ser e foi enterrado em 898. Seu sobrinho Hugo I, o Grande, também foi enterrado lá em 956. Mas é com o filho de Hugo I, Hugo II, dito Hugo Capeto, com quem os robertianos passam a ser capetianos e se tornam rei dos francos, depois da França durante séculos, que Saint-Denis vem a ser definitivamente a necrópole real. Até Luís XI, no fim do século XV, só dois reis não irão repousar em Saint-Denis: Felipe I, enterrado em 1108 no mosteiro de Fleury (Saint-Benoît- sur- Loire), e Luís VII, inumado em 1180 na abadia cisterciense de Barbeau, perto de Melun, fundada por ele.” (LE GOFF, Jacques. *São Luís Biografia*. RJ: Editora Record, 1999, p. 250).



TÔRRES, Moisés Romanazzi (org.). *Mirabilia 16 (2013/1)*

A Filosofia Monástica e Escolástica na Idade Média

La Filosofía Monástica y Escolástica en la Edad Media

Monastic and Scholastic Philosophy in the Middle Ages

Jan-Jun 2013/ISSN 1676-5818

II. A Importância Política e Simbólica do Mosteiro da Batalha

O Mosteiro de Santa Maria da Vitória, também conhecido como Mosteiro da Batalha, teve sua construção iniciada no reinado de D. João I (1385-1433). Por ser um dos principais monumentos artísticos portugueses o estudo sobre este mosteiro tem tido mais espaço e importância nos debates relacionados à História da Arte.⁴ Seu estilo fundamental é o gótico. O Mosteiro de Santa Maria da Vitória recebeu suas primeiras obras de restauro em 1840, após ter sofrido um incêndio em 1811. Sua estrutura está dividida em 13 partes: 1- Capela do Fundador, 2- Capela Imperfeita, 3- Capela de São Miguel, 4- Capela de Nossa Senhora do Pranto, 5- Capela Mor, 6- Capela de Nossa Senhora do Rosário, 7- Capela de Santa Bárbara, 8- Sacristia, 9- Casa do Capítulo, 10- Claustro Real, 11- Dormitório, 12- Refeitório e 13- Claustro de D. Afonso V.

Neste texto nossa intenção não é estudar a Batalha em seu viés artístico, mas sim sua relevância enquanto panteão régio, já adquirido desde o ano de 1416. Esta construção simbólica irá ocorrer após a morte da esposa de D. João I. A Rainha D. Filipa contaminada pela peste faleceu em 1415, sendo inicialmente sepultada no mosteiro de Odivelas.

Em 1416 D. João I promoveu a transladação de sua amada rainha para o mosteiro da Batalha, que, ainda em obras, a acolheu, primeiro numa cripta e depois na capela - mor. Finalmente, em 1434, D. Filipa uniu-se, de novo, para além da morte, ao seu rei, num túmulo conjugal, religiosamente albergado na capela do Fundador. (COELHO, 2010. p. 472)

Portanto, o Mosteiro tem uma grande importância simbólica e política, especialmente relacionada à Dinastia de Avis (1385- 1581). Outro aspecto relevante voltado à construção e a existência do Mosteiro de Santa Maria da Vitória foi o crescimento do burgo da Batalha, tendo recebido a elevação à vila em março de 1500, durante o reinado de D. Manuel. Do ponto de vista religioso este mosteiro sempre esteve sob a ação administrativa da Ordem Dominicana, fundada em 1216.⁵

⁴ Em relação ao estudo histórico global sobre este mosteiro podemos destacar os diversos trabalhos de Saul Antônio Gomes.

⁵ O Mosteiro da Batalha foi no século XX objeto de várias diligências no sentido da sua devolução aos frades da Ordem de São Domingos, aos quais tinha sido confiado desde o primeiro momento pelo Mestre de Avis.

Em 1217, segundo registros da ação dominicana em Portugal, se dá a chegada do primeiro religioso ligado a esta ordem de pregadores, Frei Soeiro Gomes. O panteão da Batalha é o palco do que podemos chamar de “culto dinástico”. A dinastia afonsina não havia escolhido um único lugar para o sepultamento de seus membros, sendo o estaleiro batalhino importante no sentido da consolidação da sacralidade de Avis.⁶

O Mosteiro da Batalha se tornaria rapidamente o segundo convento mais importante de Portugal. Outro aspecto interessante refere-se ao fato de o Mosteiro tornar-se também um rico centro artístico. As doações dos monarcas de Avis garantiam sua manutenção e importância como panteão dinástico possuindo em seu interior a representação escultória funerária do poder e da riqueza da nova dinastia. Portanto, o mosteiro era uma demonstração pública do poder real, baseado na tentativa de afirmação de um reino centralizado. (NASCIMENTO, 2013, p. 147).

Imagem 1



Mosteiro da Batalha. Fachada principal. In: <http://www.mosteirobatalha.pt>

⁶ “Ao longo do tempo, na *galilé* da abadia de Alcobaça (somente no século XV identificada como *Capela dos Reis*), confluíram os despojos de monarcas e de diversos membros da família real. Considerando a vetustez, a importância e o valor de referência no território do cenóbio alcobacense – sob o ponto de vista político, económico, social e cultural, além de religioso –, a vocação de panteão régio nunca teria podido prevalecer, não obstante o prestígio que desta teria derivado, e isto prescindindo do maior ou menor envolvimento da Coroa na vida da comunidade religiosa. Além disto, é oportuno lembrar que os restos de ilustres defuntos foram trasladados para Alcobaça já num segundo momento relativamente à sua morte.” (VAIRO, Giulia Rossi. *O Mosteiro de S. Dinis de Odivelas, Panteão Régio (1318-1322)*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2010.

A nova dinastia, após um complicado processo sucessório, necessitava de legitimidade e a ritualização das cerimônias serve a este propósito de engrandecimento do poder real. Deve-se ter em mente também que as ações expansionistas do reino português em África representam uma busca por esta sacralidade, necessária para a afirmação dinástica perante o papado e todos os reinos cristãos.⁷

III. As Exéquias Fúnebres como Manifestação do Poder Dinástico

Para Marcella Lopes Guimarães (2012, p.57-58) a crônica histórica tardo-medieval é uma realização discursiva narrativa, “construída a partir de pressupostos de uma tradição literária cristã, retomada e recriada por seus cultores, com intenção de verdade, ainda que incorpore elementos ficcionais que servem a essa verdade”. Ela foi geral ou particular, construída à volta *de* um reinado ou individualidade, para legitimar seus promotores e servir de modelo (com exemplos e contra-exemplos) para a sociedade política. As crônicas nos dão notícias do cerimonial presente nos funerais da realeza. Simbolismo que traduzia valores e atitudes específicas ligadas à perpetuação da memória.

A legitimidade e sacralidade monárquica era revalorizada nos cortejos fúnebres. Os jazigos são também expressão da importância e equivalência do defunto, definindo espaços hierárquicos no mausoléu. “Erigido para um cerimonial em torno da morte, do passamento régio, o panteão batalhino acabou por transformar-se num centro modelar dos rituais fúnebres do reino. Nele, as cerimônias ganharam o brilho próprio das grandes Cortes europeias...” (GOMES, 1990, p 353). Os locais de memória devem ser interpretados como uma ponte que ligam os vivos aos mortos.

⁷ Entende-se que variados projetos de dominação não podem se realizar somente com base no uso da força e/ou de uma variedade de retribuições feitas pelos grupos dominantes aos demais. Por essa razão, para que as relações de poder se sustentem e se perpetuem, é preciso que lancem mão de uma variedade de recursos simbólicos, imagísticos e comportamentais.

Imagem 2



Capela do Fundador. In: <http://www.mosteirobatalha.pt>.

Os funerais régios adquirem uma áurea especial, algo teatral. Rui de Pina (1977, p 489), cronista-mor nos oferece um breve relato do que foi vivenciado durante as exéquias de D. João I (1433) “que em seu testamento desposera ser enterrado no Mosteiro de Santa Maria da Vitoria, que elle em memória da batalha que vencêo, alli novamente fundára...”.

...e como quer que há memoria de suas muy Reaaes exéquias deve mais propriamente em sua Cronica ser regidtrada: porem porque foram as mais excellentes e mais cerimoniadas que atee seu tempo nestes Regnos a Rey delles se fezeram; e foi jaa obra e officio do muy excellente seu verdadeiro e legítimo filho, e socessor El Rey Dom Duarte, cuja vida e feitos He minha teençam aqui screpver, nom leixarei de as tocar brevemente (PINA, 1977, p. 492).

Entre os muitos símbolos usados na cerimônia nos é relatado à presença de cruzes, de bandeiras régias, tapeçarias, sendo o tom escuro predominante. “Entre as muitas ofertas deixadas ao Mosteiro, em gesto de agradecimento e

comemoração, sobressaem à ourivesaria, as peças de ouro e prata a usar como ornamentos sacros no culto religioso.” (GOMES, 1990, p 357).

Atitude análoga refere-se á chegada dos restos mortais do Infante Santo, primeiro de suas fressuras (1451)⁸, e depois de sua ossada (1473):

N’este anno sendo ainda em Fez, os ossos do Infante D. Fernando, que lá falleceu era um santo captiveiro como atrás fica... finalmente o dito Molley Belfagege enviou a El-Rei a própria ossada do dito Infante, bem reconhecida por tal por Molley Belfaca seu filho moço,... os quaes por mar chegaram com Ella a Restello, e do navio foi tirada e trazida com grande manificencia à cidade de Lisboa, e entrou pela porta de Santa Catherina, onde com solemne procissão foi recebida, e alli pelo priol de S. Domingos Mestre Affonso se fez um sermão para o caso mui conveniente e devoto, em que houve palavras de tanta piedade e compaixão, que commoveram as gentes a muitas lagrimas... E d’alli foram os ossos postos no mosteiro do Salvador, e de hi levados ao mosteiro da Batalha, e postos com devidas exéquias em sua ordenada sepultura... (PINA, 1901, p. 71-72).

No testamento do rei D. João I (1426) existem diversas determinações relativas aos sepultamentos e aniversários régios no Mosteiro da Batalha.⁹ Momentos de celebração onde as doações eram frequentes. Também podemos citar cláusulas do testamento do Infante D. Fernando (1437) relativas ao seu sepultamento caso a morte lhe “encontrasse” durante a armada de Tânger. Neste desejava o Infante Santo que lhe fizessem um velório discreto e com pouca pompa, o que sabemos que não ocorreu devido à necessidade de construção de sua memória de santidade.¹⁰

⁸ Aquando da transladação, em 1451, das primeiras relíquias do Infante, com acompanhamento emotivo de D. Henrique, cantaram-se matinas na Batalha seguindo-se a Missa dos Santos Mártires, Primo e Feliciano. Findo o santo sacrificio, ordenou-se a procissão com as relíquias cujo cofre Fr. João Álvares abriu para mostrá-las aos presentes. D. Henrique ajoelhou em oração e, depois tomou -os reverentemente nas mãos para levá-las no préstito. Ao encerrar-se o túmulo, o Infante ajoelhou de novo e beijou os sagrados despojos... (SANTOS. 1927, p. 200-201).

⁹ Documento completo publicado em GOMES. Saul Antônio. *Fontes Históricas e Artísticas do Mosteiro e da Vila da Batalha - Séculos XIV- XVI (Volumes I- IV)*. Batalha: IPPAR. 2002 p. 134-135.

¹⁰ É consenso entre a maioria dos historiadores que se dedicam a pesquisar a construção discursiva sobre a vida e a morte do Infante Santo (1402- 1443) o fato de que o mesmo teve culto no Mosteiro da Batalha desde a chegada de suas vísceras em 1451. No século XV este culto irá estender-se também à colegiada de Nossa Senhora de Oliveira em Guimarães



TÓRRES, Moisés Romanazzi (org.). *Mirabilia 16 (2013/1)*

A Filosofia Monástica e Escolástica na Idade Média

La Filosofía Monástica y Escolástica en la Edad Media

Monastic and Scholastic Philosophy in the Middle Ages

Jan-Jun 2013/ISSN 1676-5818

Mas como o navio chegar a Lisboa, ponhão o meu corpo no Mosteiro das Donas do Salvador, e digam me cada dia hua missa rezada, ata que o facão saber a el Rey meu senhor que ade ter carregado de meu testamento, e dali me levem ao Mosteiro de Santa Maria da Vitoria, onde escolhi minha sepultura, e esto seja sem nehua pompa, nem outra sobeja despeza, mas asím chamente, como levarião hum simpres cavaleiro, e ali me ponhão na Capella de El Rey meu senhor e padre, no derradeiro arco, na outra parede que esta junto com elle por altar...que diga assim aqui jaz o Infante D. Fernando filho do muy alto e muy poderoso Principe ElRey D. João de Portugal e do Algarve, e Senhor de Cepta, e da muy nobre e excelente Rainha D. Felipa sua mulher, que jazem em esta Capela, e no dia que eu ali for trazido me facão as minhas exéquias simpresmente... (*Monumenta Henricina*, 1964, p. 120).¹¹

As diversas concepções perante a morte não diminuem a demonstração pública do poder real, expressando a dimensão da importância da nova casa reinante. O panteão também é uma representação do projeto expansionista preconizado por Portugal nos fins da Idade Média, mesmo que este ainda possa ser visto como extensão da reconquista. Permanece, portanto a ideia da licitude da guerra feita em defesa da cristandade. D. Afonso V era adepto da Guerra Santa, inclusive contra os turcos que haviam ocupado Constantinopla (1453).¹²

e a Igreja de Santo Antônio em Lisboa. A prisão de D. Fernando e sua morte em Marrocos, transformada em martírio, insere - se na necessidade preeminente da Dinastia de Avis de legitimar sua política expansionista dentro de um viés de sacralidade.

¹¹ Documento completo publicado em GOMES. Saul Antônio. *Fontes Históricas e Artísticas do Mosteiro e da Vila da Batalha - Séculos XIV- XVI (Volumes I- IV)*. Batalha: IPPAR. 2002 p. 210.

¹² D. Afonso V era adepto fervoroso de uma nova cruzada geral da Cristandade contra os mouros, tendo chegando a enviar sucessivas embaixadas à Santa Sé e a outros estados europeus no sentido de conseguir apoio aos seus intentos, ainda que, por trás do mesmo, pudesse haver também segundas intenções, mas o fato é que a conquista de Constantinopla em 1453, pelos Otomanos acentuou ainda mais seu desejo de derrotar o islã. Mas, devido à falta de apoio, Afonso V foi obrigado a desistir de recuperar Constantinopla das mãos dos infiéis: “foy El Rey fynalmente e sem contradicam aconselhado, que na empresa de Cruzada se nom antremetese, e que repousasse, regendo em paz e justiça seus Reynos e vassalos, até que a visse tomar proseguir a outros Princepes ... e que podia passar em África, e tomar aos infiéis algum lugar, em que Deos fosse servydo...” (Rui de Pina, 1977, p. 60). De fato, a vocação portuguesa para a expansão marítima está carregada de simbologia na medida em que esta não era vista como uma ação puramente mercantilista e de caráter econômico, e sim, como uma missão, um cumprimento de um destino épico traçado por Deus de formar um grande império.

Os monarcas lusitanos preocupados neste momento em cristalizar sua imagem política, encontram na Batalha a expressão material de sua importância simbólica. Outro aspecto relevante refere-se às missas pela alma dos mortos, costume já arraigado no imaginário cristão. Partindo da data do falecimento, o tempo litúrgico das preces, das missas pelos defuntos celebradas geralmente durante três, sete ou trinta dias.

Imagem 3



Túmulo de D. Afonso V. Foto: Alexandra Pelúcia

Daí a existência das capelas fúnebres, local em que destaca-se a importância do morto.

Conclusão

No programa de idealização dinástica, a Batalha ocupa lugar de destaque, pois promove a quase sacralização de D. João I e de sua família. Local de descanso eterno para a monarquia de Avis, guardando o corpo e a memória, Santa Maria da Vitória representa, nas palavras de Luís Miguel Duarte (2007, p 299), uma crônica de pedra dos reis da segunda metade do século XV.



TÓRRES, Moisés Romanazzi (org.). *Mirabilia 16 (2013/1)*

A Filosofia Monástica e Escolástica na Idade Média

La Filosofía Monástica y Escolástica en la Edad Media

Monastic and Scholastic Philosophy in the Middle Ages

Jan-Jun 2013/ISSN 1676-5818

Cronologia das Exéquias Reais no Mosteiro da Batalha (século XV)

1416	D. Filipa de Lencastre
1433	D. João I
1438	D. Duarte
1443	Infante D. João
1455	Infante D. Pedro
1456	D. Leonor de Aragão
1456	D. Isabel (esposa de D. Afonso V)
1461	Infante D. Henrique
1465	D. Isabel de Bragança (Esposa do Infante D. João)
1470	D. Isabel de Urgel
1473	Infante D. Fernando (Infante Santo)
1481	D. Afonso V
1491	Príncipe D. Afonso
1499	D. João II

Tabela baseada em GOMES. Saul Antônio. *O Mosteiro de Santa Maria da Vitória no Século XV Subsídios para a História da arte portuguesa*. Coimbra. Faculdade de Letras. 1990, p. 355-356.

Fontes

PINA, Rui de *Crónica do Rei D. Duarte*. Lisboa: Editorial Presença, 1977.

----- *Crónica de El Rei D. Affonso V*. Lisboa: Escriptorio, 1901.

REBELO. António Manuel R & CASTRO. Aníbal Pinto de (Tradução). *Damião de Góis*. Lisboa. Gulbenkian. 2002 (CD)

GOMES. Saul Antônio. *Fontes Históricas e Artísticas do Mosteiro e da Vila da Batalha - Séculos XIV- XVI (Volumes I- IV)*. Batalha: IPPAR. 2002

Bibliografia

ARIÉS. Philippe. *História da Morte no Ocidente*. RJ: Nova Fronteira, 2012

COELHO. Maria Helena da Cruz. *D. João I*. In MENDONÇA, Manuela. (Org) *História dos Reis de Portugal- Da Fundação à perda da independência*. (Vol I). Lisboa: Academia Portuguesa de História. 2010 (p 441- 490)

COSTA, João Paulo Oliveira e. *D. Afonso V e o Atlântico: a base do projecto expansionista de D. João*, in *Mare Liberum*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, nº 17, 1999, pp. 39-71.

DUARTE. Luís Miguel. *D. Duarte*. In *Reis de Portugal*. Lisboa: Temas & Debates, 2007



TÔRRES, Moisés Romanazzi (org.). *Mirabilia 16 (2013/1)*
A Filosofia Monástica e Escolástica na Idade Média
La Filosofía Monástica y Escolástica en la Edad Media
Monastic and Scholastic Philosophy in the Middle Ages

Jan-Jun 2013/ISSN 1676-5818

- DUBY, Georges. *O Tempo das Catedrais- a arte e a sociedade 980- 1420*. Lisboa: Editoria Estampa, 1978.
- FERNANDES, Fátima Regina; Friguetto, Renan. *Cultura e Poder na Península Ibérica*. Curitiba: Juruá, 2001, Vol. I.
- _____. *Identidades e fronteiras no medievo ibérico*. Curitiba: Juruá Editora, 2013.
- GOMES. Saul Antônio. *Vésperas Batalhinhas - Estudos de História e Arte*. Leiria: Edições Magno. 1997.
- _____. *O Mosteiro de Santa Maria da Vitória no Século XV Subsídios para a História da arte portuguesa*. Coimbra. Faculdade de Letras. 1990.
- GUIMARÃES. Marcella Lopes. *O Discurso Cronístico e a Narratividade Histórica*. In A Idade Média- Entre a História e a Historiografia. (Org) Nascimento. Renata Cristina de S. & MARCHINI. Dirceu N. Goiânia: Ed. Puc -Go.
- LE GOFF, Jacques. *São Luís Biografia*. RJ: Editora Record, 1999.
- NASCIMENTO. Renata Cristina de S. *A expansão das fronteiras da Cristandade no século XV: sacralidade e legitimidade do projeto político da casa de Avis* . in Fernandes, Fátima Regina. *Identidades e fronteiras no medievo ibérico*. Curitiba: Juruá Editora, 2013.
- RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa. A intriga e a narrativa histórica*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.
- SANTOS. Domingos Maurício Gomes dos. *O Infante Santo e a possibilidade de seu culto canônico*. Brotéria- Fé- Ciências- Letras. Lisboa: 1927 (Vol IV)
- SCHMITT. Jean- Claude. *Os vivos e os mortos na sociedade medieval*. SP: Companhia das Letras, 1999.
- VAIRO, Giulia Rossi. *O Mosteiro de S. Dinis de Odivelas, Panteão Régio (1318-1322)*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2010.